



QUESTÃO INDÍGENA

Parentes de governador suspeitos de lavagem

Irmã e sobrinho de Antonio Denarium são alvo da PF, que apura esquema relacionado à exploração de ouro na terra ianomâmi

» VINICIUS DORIA

A Polícia Federal (PF) cumpriu, ontem, oito mandados de busca e apreensão, com bloqueio de bens, em Roraima e em Pernambuco. Entre os endereços que foram alvo dos agentes está o de Vanda Garcia de Almeida, irmã do governador de Roraima, **Antonio Denarium** (PP), e de um sobrinho dele, Fabrício de Souza Almeida. Os dois são suspeitos de participar de um esquema de lavagem de dinheiro envolvendo ouro ilegal retirado da Terra Indígena Yanomami. Os mandados foram expedidos pela 4ª Vara da Justiça Federal em Boa Vista.

Na casa de Fabrício, que foi preso em 2010 com diamantes sem documentação legal, os policiais encontraram nove armas. Em princípio, todas legais, já que o sobrinho do governador tem registro de CAC (coleccionador, atirador ou caçador).

Em outro endereço, foram apreendidas cinco toneladas de cassiterita, mineral de onde é extraído o estanho, largamente usado pela indústria em ligas metálicas. A cassiterita é extraída nas mesmas lavras abertas ilegalmente nos rios amazônicos pelo garimpo de ouro. A apreensão fortalece a suspeita de envolvimento da quadrilha com a mineração nas terras ianomâmis.

De acordo com a PF, os suspeitos seriam integrantes de uma organização criminosa que pode ter movimentado R\$ 64 milhões nos últimos dois anos apenas com a lavagem de dinheiro do garimpo ilegal. Empresas de fachada também estão sendo investigadas por acobertar a compra do ouro e dar “aspecto de legalidade às transações financeiras”.

Bolsonarista convicto

O goiano Antonio Denarium jamais escondeu que é favorável à aculturação dos ianomâmis, que, segundo ele, seria a “melhor” forma de proteger a etnia. Em recente entrevista, professou as teses do bolsonarismo — foi reeleito com o apoio do ex-presidente e dos empresários ligados ao garimpo, que contavam com o beneplácito do governo anterior — ao afirmar que os indígenas “querem ser advogados, professores, médicos”. Disse, ainda, que os ianomâmis “têm que se aculturar, não podem mais ficar no meio da mata, parecendo bicho. Eles têm que estar lá com condição, com estrada, escola, posto de saúde, fazendo agricultura deles, produzindo macaxeira, farinha”. Instituições ligadas aos indígenas acusam Denarium de ser um dos responsáveis pela crise humanitária dos ianomâmis.

“Suspeitos receberiam valores de diversos financiadores pelo Brasil e sacariam ou transfeririam os valores para pessoas e empresas no estado de Roraima, as quais seriam responsáveis pela compra de ouro ilegal”, informou a PF, na página da corporação na internet. A operação foi batizada de BAL, sigla em inglês de British anti-Lewisite, ou dimercaprol — substância usada como antídoto para envenenamento por metais pesados como o mercúrio, usado por garimpeiros para separar o ouro dragado dos rios amazônicos.

Reproduções/Redes sociais



Vanda Garcia de Almeida com o irmão, Antonio Denarium. Ela foi um dos alvos da operação da PF. Sobrinho do governador, Fabrício, também é investigado



Abordagem

A investigação foi aberta depois que agentes da Polícia Rodoviária Federal (PRF) abordaram um carro durante uma operação de rotina em uma rodovia do estado. Os ocupantes tentaram ocultar que haviam feito uma viagem a Rondônia, além de outras “inconsistências” nos depoimentos prestados. A PRF encaminhou os suspeitos para a PF, que assumiu as investigações.

Apesar de Roraima não ter, oficialmente, nenhuma área de mineração legal de ouro, o metal é quase moeda corrente em

Boa Vista e nas cidades do interior. Extraído ilegalmente da reserva dos ianomâmis, o ouro é “esquentado” por uma rede de compradores ilegais (incluindo joalherias e oficinas de restauro de joias na capital do estado) e distribuidoras de títulos e valores mobiliários (DTVMs), que legalizam o produto por meio de declarações dos vendedores de que foi extraído de áreas autorizadas. Mas, a maior parte do metal é levada para fora de Roraima clandestinamente por aviões a serviço do garimpo e tornada legal em lavras autorizadas em outras unidades da Federação.

Em nota da assessoria, Antonio Denarium informou que “desconhece o teor da investigação contra sua irmã e espera que as eventuais responsabilidades sejam apuradas na forma da lei”. Declarou ainda que está à disposição da PF para esclarecimentos e que “continuará colaborando com as ações em conjunto com o governo federal para a solução da crise” dos ianomâmis. O governador não é citado nas investigações da PF. A irmã e o sobrinho dele não responderam aos contatos feitos pela imprensa para explicar por que estão sendo investigados.

Dameres reage à ação do PSol

A senadora Dameres Alves (Republicanos-DF) afirmou ser impropriedade a representação protocolada pelo PSol, na quinta-feira, no Conselho de Ética do Senado, na qual o partido pede a cassação do mandato da ex-ministra. O documento a responsabiliza pela crise humanitária dos ianomâmis e apresenta um conjunto de ofícios enviados pelo Ministério Público Federal (MPF) e organismos internacionais a ela quando esteve à frente do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos. Tais documentos traziam denúncias sobre casos de violência contra os indígenas.

“Meus eleitores queridos, fiquem tranquilos. O Conselho de Ética do Senado, segundo o regimento interno, não pode julgar e investigar nenhum ato meu antes da posse. Então, essa representação não vai ser procedente e, nas demais ações que a esquerda entrar contra mim, eu vou me defender”, disse Dameres, em vídeo publicado em sua rede social.

Sobre as acusações referentes à crise dos ianomâmis, a senadora afirmou que a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) era de responsabilidade do Ministério da Justiça e Segurança Pública quando ela era ministra do governo de Jair Bolsonaro. “Eu era ministra no Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos. A Funai não estava no nosso ministério. Então, eu não posso ser responsabilizada por uma atribuição que não era minha”, disse.

Além do Ministério da Justiça, a senadora cita também outro órgão envolvido nos cuidados à população indígena: a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), ligada ao Ministério da Saúde.

Segundo Dameres, o fato de ela também estar fora do ministério desde o fim de março de 2022 é um indicativo de que não pode ser responsabilizada. “Não cabe a mim a responsabilidade desses indígenas que estão desnutridos ou das mortes que aconteceram nos últimos anos dos índios ianomâmis”, rebateu.

Operação conjunta ataca logística dos garimpeiros

» TAINÁ ANDRADE

Com foco na logística e na estrutura do garimpo ilegal e na apreensão de ouro extraído sem autorização, a operação da Polícia Federal (PF) deu início, ontem, à operação de desintrusão dos exploradores que invadiram as terras dos ianomâmis, em Roraima. A ação se soma àquela que vinha sendo executada, desde o começo da semana, pelos agentes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Apesar de as autoridades não terem feito um balanço dos resultados do primeiro dia de ofensiva, o alvo é a destruição de máquinas e equipamentos utilizados no extrativismo ilegal, além da coleta de provas para a responsabilização dos suspeitos. “Os trabalhos visam à interrupção da logística do crime”, afirmou a PF em comunicado.

Segundo o chefe da Diretoria de Meio Ambiente e Amazônia da PF, Humberto Freire, nesse primeiro momento os agentes não irão abordar os trabalhadores das lavras de ouro e cassiterita que queiram sair da terra dos ianomâmis. Isso porque querem evitar que se dissemine uma crise humanitária no estado, devido à falta de recursos mínimos para os garimpeiros sobreviverem.

“O foco das ações é na logística



O foco das ações é na logística do crime e no registro da materialidade delitiva, não nas pessoas envolvidas, de modo a evitar que haja dificuldades na saída dos não índios da terra ianomâmi”

Humberto Freire, chefe da Diretoria de Meio Ambiente e Amazônia da PF

do crime e no registro da materialidade delitiva, não nas pessoas envolvidas, de modo a evitar que haja dificuldades na saída dos não índios da terra ianomâmi. Não podemos esquecer que o foco principal da operação é a desintrusão total dos não índios”, explicou.

A força-tarefa conta com integrantes do Ibama, da Funai, da Força Nacional e do Ministério da Defesa. A Aeronáutica anunciou que, a partir de agora, prestará apoio logístico à PF.

Comando da Aeronáutica / Divulgação



Helicópteros da FAB darão cobertura ao pessoal de terra na operação para expulsão de garimpeiros ilegais

Até então, a Força Aérea Brasileira (FAB) vinha realizando voos apenas para mitigar a crise humanitária que afeta os indígenas.

Transporte

As aeronaves militares transportarão os integrantes da operação, cujo comando está instalado na Base Aérea de Boa Vista. A PF não deu uma previsão de quanto tempo durará a operação.

“Permanecerá em andamento até o restabelecimento da legalidade na terra indígena ianomâmi”, assegurou o delegado Freire. Além do trabalho operacional, a PF também investiga se os indígenas foram vítimas de genocídio, omissão de socorro e crimes ambientais no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro.

A crise vivida pelas comunidades indígenas é tema de uma ação que tramita no Supremo Tribunal Federal (STF), desde 2020.

Os ministros chegaram a ordenar a expulsão de garimpeiros e madeireiros ilegais, inclusive com uso da força, o que não foi cumprido. Também determinaram que todas as medidas necessárias para proteger a vida e a saúde da população ianomâmi fossem tomadas. A Corte disse ter encontrado indícios de que o governo Bolsonaro descumpriu decisões e prestou informações falsas sobre situação dos indígenas. **(Com Agência Estado)**